

Mesmo em meio à pandemia, governo demite 400 servidores da rede de saúde federal

O governo Bolsonaro mostra mais uma vez que não tem compromisso com os serviços públicos, com os servidores e com a população que agoniza em frente aos hospitais por falta de estrutura, e leitos para receber os pacientes suspeitos de estarem com COVID 19.

Mesmo não tendo profissionais suficientes na área de saúde para atender a demanda em plena pandemia, o ministério da saúde demite trabalhadores com mais de dez anos de dedicação ao atendimento da população para arrumar lugar para os apadrinhados políticos sem qualquer experiência.

Justamente em um momento que o país vive a maior crise sanitária e humanitária dos últimos cem anos, o governo Bolsonaro vai na contramão das recomendações da Organização Mundial da Saúde e em vez de fortalecer o setor de saúde, toma medidas que enfraquecem ainda mais o SUS.

“Não podemos e não aceitaremos calados esse desmanche de um dos maiores patrimônios da



população brasileira. O SUS é nosso e nós precisamos defendê-lo” disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

O déficit de profissionais no SUS por conta da aprovação da Emenda Constitucional 95 que congelou os investimentos públicos e a realização de concursos por 20 anos já era de mais de 8.000 profissionais.

Agora com os afastamentos por conta do número recorde de trabalhadores da saúde contaminados ou mortos pela COVID 19 a situação está ainda pior e para agravar ainda mais o quadro, o governo Bolsonaro demitiu de uma vez só 400 profissionais de saúde

ligados ao SUS desrespeitando inclusive a Medida Provisória nº 974 de 28/05/ 2020 aprovada pelo Congresso no último 31 de maio que havia prorrogado os contratos por tempo indeterminado no Ministério da Saúde.

“Essa é mais uma medida arbitrária desse governo truculento e sem compromissos com a população. Nós precisamos continuar a denunciar e buscar na Justiça a reparação para mais essa maldade do governo Bolsonaro” disse Valter Cezar Figueiredo, diretor de Formação e Política Sindical da Condesf/Fenadsef e diretor de Comunicação do Sindsep/MA.

LIVE

Importância da política ambiental para a saúde pública: refletindo sobre a pandemia do coronavírus no Brasil e no mundo



Bruno Barbosa
Diretor da ASIBAMA-SC



Raquel Lana
Epidemiologista da Fiocruz



Dep. Federal Rodrigo Agostinho
Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista



Sônia Guajajara
Coordenadora executiva da APIB



Marco Aurélio Bilíbio
Diretor do Instituto Brasileiro de Ecopsicologia



Nurit Bensuan
Coordenadora de Biodiversidade do ISA



Ane Alencar
Diretora de Ciência do IPAM

 **Canal da ASCEMA NACIONAL no YouTube**







Thiago Ávila
Organizador do Mutirão do Bem Viver



Nota da Entidade

Dia 7, todos juntos pela democracia e os direitos

O governo Bolsonaro está ameaçando a segurança das manifestações pacíficas em defesa da democracia e pela igualdade racial, previstas para o dia 7 de junho, ao acusar de "terroristas" os trabalhadores e jovens de torcidas de futebol que as convocam.

Como não há meios legais para impedi-las o governo aposta que haverá confrontos e quebra-quebras que darão pretexto para o exercício da violência estatal.

A esperança governamental de que o dia 7 terminará em tumultos se baseia na disponibilidade de uma certa quantidade de provocadores, de diversos matizes, encobertos com as cores nacionais ou outras.

Há pouco mais de um mês – no dia 1º de maio – um terceirizado de um ministério e uma empresária atacaram o ato das enfermeiras na Praça dos Três Poderes.

No domingo, 31 de maio, em São Paulo, uma mulher usando máscara com a bandeira dos EUA e portando taco de beisebol, um coronel da PM – reformado, mas usando farda – e um empresário agitando a bandeira de um grupo ucraniano nazista deram a senha para uma chuva de bombas depois que a mulher e o ex-coronel furaram o cordão de isolamento da PM e foram provocar no meio da multidão.

Na terça-feira, 2 de junho, em Curitiba, um ato "vidas negras importam", que transcorreu pacífico e ordeiro, se viu man-

chado pela súbita ação de provocadores que atiraram pedras no Fórum Cível e queimaram a bandeira do Brasil. Os organizadores repudiaram essas ações: "é muito estranho e suspeito e representa a presença organizada de infiltrados que desejam a criminalização do movimento".

Em Brasília, autoridades toleram e acobertam há semanas a presença de acampamentos de provocadores alguns dos quais declaradamente armados. O ato do dia 7, passará perto desses locais, um deles instalado na própria Praça dos Três Poderes.

É como se o governo Bolsonaro armasse uma armadilha para dar um "cala a boca" nesses trabalhadores e jovens que não aguentam mais o desemprego, a exploração, a violência, o racismo, sofrimentos agora agravados pelo confinamento na pandemia e pelo incentivo federal à contaminação e descaso com os doentes e mortes.

Mas como deixar de exercer o direito de manifestação quando uma MP depois da outra, uma lei depois da outra, são editadas e aprovadas – em plena pandemia! – para retirar direitos dos trabalhadores e destruir ainda mais os serviços públicos dos quais depende a população?

Como calar diante do avanço autoritário? Quando o auxílio emergencial não chega a milhões de trabalhadores deserdados, desalentados, e a prometida ajuda às empresas não chega à esmagadora maioria das pequenas e médias!

Não pode haver a menor dúvida: se algum distúrbio vier a ocorrer no dia 7 de junho a responsabilidade será total e exclusivamente dos governos e de suas polícias, a começar do governo federal.

Muitos servidores federais certamente estarão nas ruas no dia 7, levantando, em particular, a exigência de derrubada dos vetos ao PLP 39. Esses vetos congelam salários e avançam no desmantelamento dos serviços públicos. Um parlamento democrático teria a obrigação de derrubá-los, em vez de se acovardar e submeter-se.

Como orientaram os organizadores da manifestação anti-racista de Curitiba, os manifestantes do dia 7 também deverão portar máscaras e observar o distanciamento social. Mas, além disso, deverão estar preparados para agir com serenidade, porém com firmeza: todo aquele que aparecer para provocar conflitos, confrontos, depredações é um serviçal do governo; e toda provocação que venha de fora não poderá ser aceita. Como agiram as enfermeiras do primeiro de maio.

Garantir que os atos ocorram de maneira ordeira e pacífica, do início ao fim, será uma grande vitória da luta por democracia e em defesa dos direitos dos trabalhadores e da juventude.

**Direção da Condsef/
Fenadsef
4 de junho de 2020**